

Sociologia pública, imaginação sociológica brasileira e a questão urbana

Fernando Perlatto*

Resumo

Este artigo objetiva refletir sobre a relação entre a imaginação sociológica brasileira e a questão urbana. Para tanto, realizamos uma análise da produção sociológica nas últimas décadas sobre as cidades, demonstrando sua forte vinculação com transformações que ocorreram na esfera pública brasileira. Em diálogo com a categoria “sociologia pública”, originalmente formulada por Michael Burawoy, buscamos analisar a produção sociológica sobre a questão urbana nas últimas décadas, demonstrando a possibilidade de se pensar “sociologia profissional” e “sociologia pública” como categorias interdependentes.

Palavras-chave: sociologia brasileira; imaginação sociológica; questão urbana; sociologia pública.

Abstract

This article aims to reflect upon the relationship between Brazilian sociological imagination and the urban question. To this end, we conducted an analysis of the output of sociological research in recent decades about cities, demonstrating their solid connection with transformations that occurred in the Brazilian public sphere. Building upon and in dialogue with the concept of “public sociology”, originally proposed by Michael Burawoy, we conduct an analysis of the sociological literature on urban issues produced in recent decades, demonstrating the possibility of thinking “professional sociology” and “public sociology” as interdependent categories.

Key-Words: Brazilian Sociology; sociological imagination; urban issue; public sociology;

* Doutor em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp-UERJ) e Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Introdução

Ainda que a reflexão sobre a relação entre sociologia, vida pública e públicos extra-acadêmicos não seja uma completa novidade no campo sociológico, ela ganhou nova repercussão nos últimos anos a partir da publicação, em 2005, do artigo “For a public sociology”, de Michael Burawoy, na revista *American Sociological Review*. Neste texto, que consolidava as ideias expostas pelo autor na abertura do congresso da American Sociological Association (ASA), quando se tornara presidente desta entidade, Burawoy, dialogando com as “Teses sobre Feuerbach”, de Marx, propunha onze teses em favor daquilo que denominou como “sociologia pública”, logrando notável sucesso em mobilizar diversos interlocutores e audiências em diferentes países para pensar a relação da sociologia com a esfera pública e os diferentes públicos da sociedade.¹ De forma breve, pode-se dizer que a sociologia pública se configuraria, para Burawoy, como um “estilo” de se produzir sociologia de maneira “engajada”, uma “prática sociológica” que teria como base a centralidade axiológica do conhecimento dos subalternos, engajada com diferentes públicos extra-acadêmicos.

Para sustentar sua ideia sobre a sociologia pública, Burawoy sugeria a existência de uma “divisão do trabalho sociológico” em quatro grandes tipos de sociologia, que se diferenciariam de acordo com as respostas dadas às seguintes questões: “sociologia para que?” e “sociologia para quem?”. Em primeiro lugar, haveria a “sociologia profissional”, voltada para uma audiência acadêmica e organizada como uma ciência empírica convencional. Em seguida, a “sociologia crítica”, também direcionada para o público acadêmico e preocupada em refletir sobre o próprio conhecimento sociológico. Ao contrário da “sociologia profissional”, ela seria dotada de caráter reflexivo e crítico à perspectiva instrumental. Em terceiro lugar, a “sociologia aplicada”, cujo trabalho seria desenvolvido para o público extra-acadêmico, em especial para “clientes” ou “patrões” preocupados com resultados práticos. Por fim, a “sociologia pública”, também direcionada para o público extra-acadêmico, mas preocupada com a produção de um conhecimento sociológico reflexivo e transformador. A “sociologia pública”, por sua vez, se dividiria entre “tradicional” e “orgânica”. Enquanto a primeira se destinaria a partir de um pedestal a públicos “invisíveis” e “passivos”, com seus discursos na esfera pública sendo formulados de “cima para baixo”, a segunda seria construída em íntima conexão com determinado público “visível” e “ativo”, em um processo de formulação dialógica e face a face do conhecimento sociológico, mediante o qual sociólogos e segmentos subalternos ver-se-iam em um processo de educação mútua.

Ainda que concentrasse sua atenção sobre os quatro tipos de sociologia e postulasse um diálogo entre elas, de modo a evitar diferentes “patologias” – como, por exemplo, a “autorreferencialidade” da sociologia profissional, o “dogmatismo”, da sociologia crítica, o “servilismo” da sociologia aplicada e o “modismo passageiro” da sociologia pública –, Burawoy concentrava, de maneira sistematizada, sua análise na dicotomia e na contraposição entre *sociologia profissional* e *sociologia pública*. Ao construir sua formulação teórica tendo

como base empírica a história da sociologia nos Estados Unidos, na qual o embate, ao menos retórico, entre as vocações “profissional” e “pública” da sociologia se configurou como elemento central da trajetória da disciplina neste país – basta pensar, à guisa de exemplo, nas disputas nas décadas de 1950, 1960 e 1970 entre a chamada “sociologia *mainstream*”, representada por Parsons, Merton e Lazarsfeld, e a “*disobedient generation*”, representada, entre outros, por Wright Mills e Alvin Gouldner – (Calhoun & VanAntwerpen, 2007), Burawoy procura criticar a dominância no contexto contemporâneo da vertente “profissional”, autorreferenciada, defendendo que a sociologia retome sua “vocação pública”, articulando-se com os debates públicos e com públicos extra-acadêmicos.

A retomada da temática “sociologia pública” realizada por Burawoy, a despeito dos seus problemas, teve o mérito de trazer novamente para o centro da reflexão da disciplina o debate sobre a relação entre sociologia, esfera pública e públicos extra-acadêmicos. Dialogando com as formulações de Burawoy sobre o tema, procuraremos, neste artigo, refletir sobre a relação entre aquilo que chamaremos de *imaginação sociológica brasileira* e uma temática de enorme relevância na agenda pública do país, a saber: a *questão urbana*. Para tanto, tomaremos como objeto empírico a produção sociológica sobre esta temática nas últimas décadas e procuraremos sustentar dois argumentos centrais, quais sejam: (I) a imaginação sociológica dedicada à questão urbana tem se mostrado responsiva e normativa em relação a este “problema público”, procurando investigar, perscrutar e apresentar possibilidades para a superação de problemas diversos relacionados à vida urbana e para a efetivação do direito à cidade; (II) a produção sociológica brasileira sobre a questão urbana evidencia a possibilidade de se pensar “sociologia profissional” e “sociologia pública” como categorias interdependentes, e não de maneira antagônica, como parece sugerir a formulação teórica de Burawoy. Nesse sentido, pretendemos sugerir que a institucionalização da sociologia urbana nas universidades brasileiras que teve curso nas últimas décadas – que, inclusive, permitiu a consolidação da vertente profissional – não somente não se opôs, mas, pelo contrário, foi condição *sine qua non* para a produção de obras que procuraram se relacionar diretamente com os debates públicos sobre as cidades, contribuindo para a constituição de sua vertente pública.²

Para tanto, dividiremos o artigo em duas partes. Na primeira seção, faremos uma discussão sobre a centralidade que a questão urbana assumiu na agenda pública brasileira, de maneira geral, e na pesquisa sociológica em particular, nas últimas décadas. Procuraremos demonstrar como a questão urbana se converteu em um “problema público”, e como a reflexão sobre a urbanização ao longo destes anos se deu de maneira articulada ao processo de institucionalização da sociologia nas universidades, comprovada pela proliferação de centros de pesquisa voltados para a investigação de temáticas relacionadas às cidades e à urbanização. Na segunda seção, centraremos a análise na imaginação sociológica brasileira sobre a questão urbana, a partir de uma breve discussão dos livros dedicados à temática escritos ou organizados por sociólogos nas últimas décadas. A análise das obras sociológicas – produzidas no âmbito da sociologia profissional universitária – objetiva corroborar o

argumento quanto à responsividade e normatividade da imaginação sociológica brasileira à agenda pública, de modo a evidenciar a conexão entre sociologia profissional e sociologia pública no país.

Questão urbana, problema público e sociologia brasileira

O Brasil testemunhou, ao longo das últimas décadas, um processo intenso e acelerado de urbanização, fazendo com que o país se convertesse, em poucas gerações, de uma nação agrária em um país predominantemente urbano. O crescimento vertiginoso das cidades, a interiorização do fenômeno urbano e a expansão desregrada das cidades médias e das grandes metrópoles trouxeram consequências de diferentes ordens para a sociedade brasileira, associadas, por exemplo, aos entraves à mobilidade urbana, à ampliação do déficit habitacional, à ocupação desordenada do espaço urbano, à verticalização desenfreada das cidades, à precariedade do transporte público, ao aumento da violência, à deterioração dos espaços públicos e à degradação ambiental. Os benefícios dos processos de urbanização vivenciados pela sociedade brasileira não foram repartidos igualmente, sobretudo como decorrência da vigência de mecanismos que permitiram e estimularam a apropriação desigual da cidade, conduzindo a um cenário de segregação espacial. A expansão desordenada das cidades, sem qualquer conexão com a racionalidade urbana, obedeceu à lógica da especulação imobiliária, expulsando para a periferia os trabalhadores, que se viram cada vez mais afastados dos seus locais de trabalho e dos aparelhos públicos urbanos de qualidade.

O final dos anos 1970 e a década de 1980 foram marcados por um processo crescente de politização da questão urbana no país, sobretudo como decorrência do fortalecimento dos movimentos comunitários urbanos, que lograram sucesso em estabelecer e consolidar associações e federações de moradores em diferentes cidades. Articulados a esses movimentos, redes diversificadas foram constituídas nesse contexto – reunindo outros representantes de movimentos sociais, advogados, religiosos, arquitetos, urbanistas, engenheiros, assistentes sociais e políticos –, com o intuito de inserir a temática da reforma urbana no debate público brasileiro. O resultado desse processo foi a constituição do Fórum Nacional da Reforma Urbana, que reuniu diversas entidades representativas ligadas ao tema – como, por exemplo, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), a Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), o Movimento de Defesa do Favelado (MDF), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR) – com o intuito de propor uma plataforma de reforma urbana, capaz de permitir a melhoria das cidades e sua efetiva democratização.

Dentre as demandas do movimento, destacavam-se, entre outras, o fortalecimento da regulação pública do solo urbano, a ampliação de investimentos capazes de aumentar o acesso à cidade para os segmentos populares, a regularização de áreas ocupadas, a criação de programas habitacionais com finalidade social e o estabelecimento de conselhos democráticos para a fiscalização e gestão das cidades. Não obstante todas as resistências

que o movimento pela reforma urbana enfrentou na década de 1980, ele teve êxito no sentido de inserir temas importantes na Constituição de 1988, abrindo caminhos para o estabelecimento de um novo marco jurídico e institucional para as cidades, possibilitando a sistematização de políticas públicas voltadas para a habitação, para o saneamento, para a mobilidade urbana e para a destinação de resíduos sólidos. Além disso, a Carta de 1988 estabeleceu a criação dos conselhos municipais para a elaboração de políticas públicas e descentralizou a gestão e as decisões políticas, favorecendo a criação de mecanismos como o orçamento participativo, que se configuraram como instrumentos fundamentais para a democratização dos processos de discussão e elaboração das políticas públicas urbanas.

A despeito dos avanços contidos na Carta de 1988, bem como da mobilização dos segmentos associados à reforma urbana nos anos 1980, a década de 1990 testemunhou, de certa maneira, uma regressão ou, pelo menos, uma interrupção, nas conquistas outrora obtidas. A intensificação da globalização, associada aos processos de reestruturação produtiva, de privatização dos serviços públicos e de desindustrialização de importantes cidades, conduziu a um quadro de profunda redefinição da questão urbana no país. Sobretudo as cidades grandes e médias vivenciaram os impactos da especulação imobiliária, com o capital financeiro e imobiliário definindo as principais diretrizes dos traçados do espaço urbano. O discurso tecnicista passou a moldar a elaboração das políticas públicas urbanas, com as decisões sendo tomadas “por cima”, por uma burocracia distanciada das demandas sociais. Articulado a essas transformações, houve um aumento substancial da violência no país, com destaque especial para a criminalidade urbana, ampliando a fragmentação do tecido social brasileiro. Contudo, mesmo frente a esse processo de transformação da questão urbana, muito como decorrência da manutenção da pressão dos movimentos sociais vinculados à demanda pelo direito à cidade, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), importantes conquistas institucionais ocorreram, com destaque para a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a realização, a partir deste mesmo ano, das conferências nacionais das Cidades.

O que importa reter desse histórico é que, ao longo das últimas décadas, a questão urbana de converteu como um dos principais *problemas públicos* da sociedade brasileira. De maneira geral, pode-se dizer que a ideia de “problema público” se relaciona a um determinado assunto que seja capaz de mobilizar em torno de sua reflexão a opinião pública ou grupos distintos da sociedade. Conforme destacado por Maria Alice Rezende de Carvalho, um “problema público” “é sempre construído ‘em situação’, isto é, a partir da interação de atores que se sentem afetados por ele” (Rezende de Carvalho, 2012, p. 98). Nem todas as grandes questões políticas e sociais se tornam necessariamente um “problema público”; para tanto, elas devem constituir uma “unidade conceitual, um conceito guarda-chuva”, capaz de cobrir a diversidade de interesses neles contidos (*ibidem*). Para a efetivação desse processo de configuração de um “problema público”, as agências de produção de significado – como as universidades, os institutos de pesquisa, a imprensa, as escolas, as entidades da sociedade civil, como os sindicatos, as ONGs e as agências de planejamento do Estado

– desempenham papel fundamental. A imaginação sociológica, nesse sentido, enquanto instância reflexiva, também pode contribuir sobremaneira para a identificação e formulação de reflexões em torno de determinados “problemas públicos”.

A inteligência brasileira, de maneira geral, tem buscado, desde o processo de redemocratização, se mostrar responsiva aos desafios colocados para o problema público da questão urbana. A comprovar este fato, basta mencionar o papel de diferentes entidades – como, por exemplo, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR-UFRJ), o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o Observatório de Favelas e o Instituto Pólis – que vêm, ao longo dos últimos anos, procurando compreender e intervir no debate público sobre a temática das cidades, apontando os obstáculos existentes para uma efetiva melhoria das condições de vida de seus moradores, sobretudo das regiões periféricas, e da democratização da vida urbana. Essas entidades muitas vezes logram sucesso em construir articulações com segmentos da sociedade civil e com o poder público, pressionando e participando diretamente dos processos de elaboração das políticas urbanas. Importa destacar, para a discussão aqui proposta, que a sociologia brasileira tem feito parte desse esforço intelectual de interpretação e intervenção sobre a questão urbana, contribuindo para construir não somente uma agenda em torno do direito à cidade, mas para a disseminação de um determinado vocabulário que vem sendo paulatinamente incorporado ao senso comum e aos movimentos sociais, relacionado à democratização da vida urbana.

A consolidação da questão urbana como um problema público central na sociedade brasileira coincidiu, em grande medida, com o processo de institucionalização da sociologia nas universidades, que se intensificou a partir de meados dos anos 1960, conferindo traços definidos para a conformação de uma “sociologia profissional” no país.³ Não obstante a repressão – que se consubstanciou em iniciativas como a perseguição de professores e estudantes –, o regime militar, que se instalou no país a partir de 1964, realizou uma ampla reforma do sistema universitário brasileiro em 1968 e criou um sistema nacional de apoio à pós-graduação e à pesquisa para as universidades, que acabou por contribuir para a expansão do campo sociológico (Ortiz, 2003). Esse fato se comprova pela ampliação dos programas voltados para a expansão da pós-graduação no país, contando, para seu desenvolvimento, com o apoio de organismos como a FINEP, a CAPES, o CNPq e a FAPESP (Abranches, 1990), além do suporte substancial dado pela Fundação Ford (Miceli, 1993). Esses investimentos permitiram a criação de diversos programas de graduação e pós-graduação no país, na área das ciências sociais, como o do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 1967), de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA, 1968), de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ (1968), da Universidade de São Paulo (USP, 1971) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, 1971), e de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 1967), da Universidade de Brasília (UNB, 1970), da USP (1970) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1973). Além das instituições vinculadas

diretamente às universidades, ocorreu, neste contexto, a fundação de institutos externos a elas, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) e o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp). Segundo Renato Ortiz (2003, p. 186-7), no período que se estende de 1976 a 1984, foram aprovadas 971 dissertações de mestrado e 145 teses de doutorado na área. Além disso, houve a criação, nesse contexto, de diversas revistas científicas importantes – como, por exemplo, *Dados – Revista de Ciências Sociais* (1966) e *Estudos Cebrap* (1971) –, evidenciando a consolidação de um campo científico em intenso processo de institucionalização.

A partir da década de 1980, o que se observa é o aprofundamento da institucionalização da sociologia profissional no Brasil, comprovada pela criação de vários dos cursos de graduação e pós-graduação, além de um aumento significativo na produção científica em livros, capítulos de livro, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Importantes periódicos científicos foram criados e expandidos nesse contexto para dar vazão a essa produção sociológica. Os processos de consolidação da profissionalização da área foram impulsionados pela criação de grupos de pesquisa, centros de investigação e núcleos de estudos em diferentes instituições do país, muitos dos quais estabelecendo articulações com outras universidades nacionais e estrangeiras, e com pesquisadores de diferentes campos de pesquisa. No caso das pesquisas relacionadas à questão urbana, em particular, as duas últimas décadas testemunharam o processo de constituição de diversos centros, núcleos e institutos de pesquisa relacionados às temáticas vinculadas à questão urbana nas universidades brasileiras, contando com a participação proeminente de sociólogos, como, por exemplo, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Urbanas (NEPUR-PUC-SP), o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU-USP) e o Núcleo de Pesquisa Urbana (NaMargem-UFSCAR). Vale também destacar a criação de instrumentos como o URBANDATA-Brasil (Iesp-UERJ), que se constitui como um banco de dados fundamental para o desenvolvimento de pesquisas sobre o Brasil urbano.

Ainda que com perspectivas diferenciadas, dois centros de pesquisa, criados nos últimos anos em São Paulo, evidenciam a centralidade que a questão urbana assumiu na imaginação sociológica brasileira. Em primeiro lugar, vale chamar a atenção para o Centro de Estudos da Metrópole (CEM), vinculado ao Cebrap que, fundado em 2000, produz conhecimento acadêmico multidisciplinar sofisticado sobre temas relacionados às transformações das metrópoles contemporâneas, especialmente brasileiras.⁴ Financiado pela FAPESP, pelo CNPq e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia por meio de um novo modelo de organização da investigação científica implementado nos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids) e nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), este centro estabelece conexões com instituições ou organismos responsáveis pela concepção e implementação de políticas públicas, e busca tornar o conhecimento produzido no centro acessível tanto às diversas esferas de governo, quanto a outros públicos externos às

universidades. Outro exemplo que interessa destacar é o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), vinculado à USP. Reunindo pesquisadores como Francisco de Oliveira, Maria Célia Paoli, Vera da Silva Telles, Cibele Saliba Rizek, o Cenedic dedica-se a pesquisas que se vinculam às noções de cidadania, aos processos de transformação dos serviços públicos e reconfiguração da esfera de direitos no mundo capitalista, com agendas investigativas focadas nas novas formas de desigualdades configuradas nos espaços das cidades. Dentre as produções do Cenedic neste sentido, destacam-se, entre outras, *Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios* (Telles & Cabanes, 2006) e *Saídas de emergência. ganhar/perder na Periferia de São Paulo* (Cibele Rizek et al., 2011).

Ao se analisar a produção acadêmica sociológica e as diferentes formas de intervenção desses diferentes centros de pesquisa dedicados à questão urbana, constituídos nas últimas décadas, o que se observa é o esforço de conciliar a necessária institucionalização da pesquisa nas universidades com a produção de agendas investigativas diretamente relacionadas com a questão urbana, temática pública por excelência. Nesses centros de pesquisa, temas de relevância pública vinculados à questão urbana são objetos de inquirição acadêmica e resultam em investigações sofisticadas, posteriormente submetidas ao debate público entre especialistas e não especialistas em seminários e eventos organizados por estas instituições. As redes que têm sido constituídas, e que atravessam ciência e vida social, articulam universidades, lideranças políticas e movimentos sociais, evidenciam que, no que concerne à questão urbana, tem havido um esforço de conjugação entre sociologia profissional e sociologia pública, e, em alguns casos, de sociologia aplicada. Pode não se tratar de “sociologia pública” no sentido dado por Burawoy a uma dada esfera da divisão do trabalho intelectual, mas trata-se, sim, de uma rede difusa que logra combinar, a partir de diferentes perspectivas, ciência, ativismo, sujeitos sociais e, em algumas ocasiões, agentes do Estado. A ideia de redes talvez seja mais eficaz para dar conta do processo de ativação de sujeitos coletivos por intermédio da sociologia e/ou da dinâmica estatal, que têm contribuído para a sistematização da investigação da questão urbana no país.

Imaginação sociológica brasileira e a questão urbana

e na seção anterior dedicamos a atenção para a consolidação da sociologia profissional no país, focaremos nossa atenção, nesta seção, sobre a *imaginação sociológica brasileira*, produzida no âmbito das universidades, voltada para a questão urbana. O objetivo será o de demonstrar como esta sociologia profissional brasileira se mostrou diretamente responsiva e normativa em relação à agenda pública do país. Nesse sentido, pensar as categorias de sociologia profissional e sociologia pública de maneira apartada, como quer Burawoy, a partir do exemplo americano, parece não dar conta de responder a uma experiência diferenciada como a brasileira, na qual a institucionalização da disciplina logrou consolidar sua vertente profissional, sem descurar da agenda pública. Para refletir com maior sistematicidade sobre estas questões, a partir da investigação da imaginação socio-

lógica brasileira dedicada à temática urbana, tomaremos como base pesquisa realizada recentemente, na qual levantamos, pelo menos, 108 obras produzidas por sociólogos sobre a questão urbana entre os anos 1960 e 2012, quando concluímos a pesquisa.⁵ Em diálogo com outros trabalhos que procuraram produzir balanços bibliográficos sobre a produção das ciências sociais dedicadas ao urbano (Valladares & Freire-Medeiros, 2002; Frehse & Leite, 2010), procuraremos sustentar o argumento da responsividade e normatividade da sociologia profissional brasileira à agenda pública, vinculada aos debates sobre a questão urbana.

Conforme destacado anteriormente, a partir da década de 1960 a questão urbana passou a receber mais atenção da imaginação sociológica brasileira como decorrência das transformações pelas quais o país passava, abandonando, em um curto espaço de tempo, suas feições rurais e adquirindo um perfil mais urbano. O “fenômeno urbano” – para mencionar o título da obra do antropólogo Otávio Velho, publicada em 1976 – foi analisado, entre as décadas de 1960 e 1980, desde perspectivas mais gerais que o associavam ao processo de modernização do país – como está presente no trabalho *Desenvolvimento e mudança social. Formação da sociedade urbano-industrial no Brasil* (Juarez Brandão Lopes, 1968) e na coletânea, organizada por Luiz Pereira, *Urbanização e subdesenvolvimento* (1979) – até a análise de contextos específicos, nos quais se focalizava a temática das políticas públicas voltadas para o espaço urbano – como em *As cidades pequenas e o planejamento urbano no nordeste* (Brasilmar Nunes, 1981), *Habitação e poder* (Sergio de Azevedo & Luís Aureliano Andrade, 1982) e *O Estado e a política urbana no Brasil* (Benício Schmidt, 1983). O maior destaque deve ser conferido aos trabalhos que buscaram relacionar o debate sobre as cidades e o urbano com a questão da exclusão e da desigualdade social, como evidenciado em pesquisas como *Alagados, mocambos e mocambeiros* (Daniel Bezerra, 1965), *A espoliação urbana* (Lúcio Kowarick, 1979), *Passa-se uma casa. Análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro* (Lícia Valladares, 1980), *Solo urbano. Tópicos sobre o uso a terra* (Luiz Antonio Machado da Silva, 1982), *Condições de vida das camadas populares* (Luiz Antonio Machado da Silva et al., 1984) e *Cortiços em São Paulo. Frente e verso* (Maura Veras, 1985) e *Eu não tenho onde morar. Vilas operárias na cidade de São Paulo* (Eva Blay, 1985).

Diversos trabalhos dedicados à questão urbana entre os anos 1960 e 1980 procuravam criticar os impactos do “desenvolvimentismo” das políticas executadas pelos governos militares, as quais, não obstante ancoradas na retórica do “milagre econômico”, implicavam a ampliação da desigualdade social do país. As incoerências do processo de crescimento econômico, acompanhado do aumento da estratificação social, foram escancaradas em estudos sobre as cidades e a questão urbana, como nos trabalhos de Eva Blay (*Urbanização em região subdesenvolvida. O caso de Eldorado Paulista*, 1975), Manoel Berlinck (*Marginalidade social e relações de classe em São Paulo*, 1975), Lícia Valladares (*Passa-se uma casa*, 1980) e Luiz Antonio Machado da Silva et al. (*Condições de vida das camadas populares*, 1984). A reflexão de Lúcio Kowarick sobre a espoliação urbana (*A espoliação*

urbana, 1979) é exemplar nesse sentido, na medida em que situa o fenômeno urbano no contexto mais amplo das contradições do sistema produtivo e na dinâmica dos processos sociais e econômicos vigentes nas sociedades capitalistas.⁶ Reunindo escritos produzidos entre 1973 e 1979, este livro analisa as consequências do acirramento da exploração do trabalho e da espoliação urbana, no contexto da ditadura militar, que afetaram os segmentos mais vulneráveis dos bairros periféricos da cidade de São Paulo, atingindo, sobretudo, os agrupamentos menos qualificados da força de trabalho.

Outra obra publicada nos anos 1970 que evidencia com clareza a relação entre a imaginação sociológica brasileira e a agenda pública foi a coletânea *São Paulo 1975. Crescimento e pobreza*, publicado em 1976, organizada, entre outros, por Fernando Henrique Cardoso. Este livro tem especial interesse para o argumento sustentado neste artigo, na medida em que ele foi o resultado direto da articulação entre sociólogos profissionais e outros atores da sociedade civil, preocupados em pensar conjuntamente temas da agenda pública brasileira. O livro, cuja repercussão atravessou os muros restritos do campo sociológico, foi elaborado no âmbito do Cebrap a pedido da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, mediado pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, que, inclusive, assina o prefácio da obra. Resultado de várias pesquisas realizadas na Região Metropolitana de São Paulo, esta obra contribuiu sobremaneira para escancarar as contradições entre o crescimento promovido pelo “milagre econômico”, alardeado pela ditadura militar, e a realidade concreta da cidade, caracterizada pela manutenção da lógica da desordem e de índices alarmantes de pobreza e desigualdade social. O livro é concluído com um capítulo que apresenta a necessidade de uma ordem democrática, assentada em amplas liberdades populares, para garantir a melhoria efetiva das condições dos trabalhadores.

No final da década de 1970 e nos anos 1980, no contexto das lutas pela redemocratização do país, as pesquisas sobre a questão urbana passaram a conferir maior destaque ao papel dos movimentos sociais urbanos, em articulação direta com os debates mais prementes da esfera pública brasileira. Três pesquisas são exemplares dos esforços empreendidos pelos sociólogos para compreenderem os novos movimentos sociais que ganhavam força no contexto da redemocratização no mundo urbano, quais sejam: *São Paulo, o povo em movimento* (Paul Singer & Vinicius Caldeira Brant, 1980), *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)* (Eder Sader, 1988) e *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente* (Lúcio Kowarick et al., 1988). No primeiro deles, uma coletânea preparada no âmbito do Cebrap, os organizadores e outros cientistas sociais – Candido Procópio Ferreira de Camargo, Beatriz Muniz de Souza, Antonio Flavio Pierucci, Clóvis Moura e Fernando Henrique Cardoso – realizam uma análise dos movimentos populares que despontavam na cena pública de São Paulo, com estudos dedicados aos sindicatos, às Comunidades Eclesiais de Base, aos movimentos de bairro, aos movimentos feministas, às organizações negras e aos partidos políticos. Já o estudo de Sader aborda os “novos personagens” que entraram em cena na Grande São Paulo, entre 1970 e 1980, que proporcionaram aquilo que o autor chama de “novas con-

figurações dos trabalhadores”. Estes novos sujeitos políticos – representados, entre outros, pelo sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, pela oposição metalúrgica de São Paulo, pelo clube de mães da periferia sul de São Paulo e pelas “comissões de saúde” da periferia leste – lograram sucesso em estabelecer “novos padrões de ação coletiva”, efetuando “uma espécie de alargamento do espaço da política” (Sader, 1988, p. 19-20).

A obra organizada por Lúcio Kowarick, *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*, foi publicada em 1988, em diálogo direto com as movimentações sociais que conduziram ao processo de redemocratização do país. Este livro foi um dos resultados do Projeto de Participação Popular do Instituto de Pesquisa sobre o Desenvolvimento Social das Nações Unidas (UNRISD), que mobilizou estudiosos de três instituições de pesquisa brasileiras – Cedec, Cebrap e Iuperj – em torno de análises das ações e reivindicações dos segmentos mais marginalizados pelo processo de modernização brasileiro. O livro em questão, particularmente, centrou sua atenção em São Paulo, reunindo artigos de diferentes estudiosos preocupados em compreender a dinâmica de mobilização e organização dos segmentos populares da cidade, em especial os movimentos de bairro e o movimento sindical. Ao tomar a cidade enquanto espaço de luta social e ao analisar as diferentes demandas desses movimentos pela melhoria dos serviços urbanos, os textos da obra tiveram o mérito de chamar a atenção para as conexões entre as reivindicações dos mundos do trabalho com aquelas que diziam respeito às melhorias urbanas. Não obstante as particularidades de cada um desses movimentos, cada qual seguindo trajetórias múltiplas e variadas, havia, em certos contextos, uma articulação que permitia a construção de inter-relações do bairro com a fábrica nos embates relacionados às reivindicações urbanas.

Se na década de 1970, a imaginação sociológica dedicada à questão urbana concentrou sua atenção, a partir de pesquisas macroestruturais, no estudo das relações entre o capitalismo dependente brasileiro e o processo de marginalidade social, e na década de 1980, ao papel dos movimentos sociais na luta pela redemocratização do país, a partir do final dos anos 1980, as pesquisas relacionadas à questão urbana se concentraram na busca pela compreensão e denúncia dos mecanismos que conduziam ao incremento dos processos de segregação espacial e ao aumento da exclusão e da violência nas cidades. A sociologia brasileira, dessa maneira, procurou compreender e apontar caminhos para a melhoria da questão urbana, que se consolidou, nesse contexto, como um problema público de grande relevância para a sociedade brasileira, justamente por articular uma série de temáticas que afetavam diretamente as diferentes classes sociais. De maneira geral, essa bibliografia não buscou somente analisar e interpretar as transformações relacionadas à questão urbana, mas tomou partido no sentido de apontar direcionamentos capazes de transformar as cidades em espaços mais democráticos e igualitários.

De modo geral, é possível perceber quatro grandes tendências da imaginação sociológica que se debruçou sobre a questão urbana nas duas últimas décadas. Em primeiro lugar, diversos trabalhos foram dedicados para uma compreensão mais geral do fenômeno urbano, como se evidencia em livros como *Quatro vezes cidade* (Maria Alice Rezende

de Carvalho, 1994), *Urbanidade e vida metropolitana* (Ana Clara Torres Ribeiro, 1996), *Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole* (José de Souza Martins et al., 1999), *Escritos urbanos* (Lúcio Kowarick, 2000), *Trocando olhares. Uma introdução à construção sociológica da cidade* (Maura Vêras, 2000), *Cidade. História e desafios* (Lucia Lippi Oliveira et al., 2002), *Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios* (Vera Telles & Robert Cabanes, 2006), *Teorias da cidade* (Barbara Freitag, 2006), *Cultura e vida urbana. Ensaio sobre a cidade* (Rogério Proença Leite, 2008) e *Plural da cidade. Novos léxicos urbanos* (Rogério Proença Leite, Carlos Fortuna et al., 2009). Nessa perspectiva, diferentes sociólogos procuraram compreender as transformações que se processaram nas cidades ao longo das últimas décadas, que colocaram novos desafios para pensar a questão urbana, como se comprova em obras como *Reestruturação urbana. Tendências e desafios* (Lícia Valladares et al., 1990), *Industrialização e grandes projetos. Desorganização e reorganização do espaço* (Edna Castro et al., 1995) e *O futuro das metrópoles* (Luiz César Ribeiro, 2000). Nos últimos anos, algumas pesquisas têm sido dedicadas à compreensão dessas mudanças em perspectiva comparada com outros contextos, como testemunham, respectivamente, o trabalho individual e coletivo de Ana Clara Torres Ribeiro, a saber: *Repensando a experiência urbana da América Latina. Questões, conceitos e valores* (2000) e *Globalização e território. Ajustes periféricos* (Ana Clara Torres Ribeiro et al., 2005).

Em segundo lugar, destacam-se as pesquisas que procuraram compreender, a partir de distintos enfoques e perspectivas, a questão habitacional nas cidades. A questão das favelas, particularmente, ganhou notável atenção, até mesmo pela razão de ter se convertido em um problema público relevante entre os anos 1980 e 2012. Diversos trabalhos foram dedicados à compreensão das favelas e das moradias precárias, como *Favelas em São Paulo. Caracterização físico-espacial, amostra de domicílios e de moradores* (Maura Vêras et al., 1991), *A crise da moradia nas grandes cidades. Da questão habitacional à reforma urbana* (Sergio de Azevedo, Luiz Cesar Ribeiro et al., 1996), *Um século de favela* (Alba Zaluar, Marcos Alvito et al., 1998), *A utopia da comunidade. Rio das Pedras. Uma favela carioca* (Marcelo Burgos et al., 2002), *Pensando favelas no Rio de Janeiro* (Lícia Valladares & Lídia Medeiros, 2003), *A invenção da favela* (Lícia Valladares, 2005) e *Assentamentos precários no Brasil urbano* (Eduardo Marques, 2008). Relacionadas a estas questões, as temáticas da especulação imobiliária e do direito à moradia também mereceram atenção especial dos sociólogos em diferentes estudos, como *Efetivação do direito à moradia na cidade de Natal* (Maria do Livramento Clementino et al., 2008) e *Da irregularidade fundiária urbana à regularização. Análise comparativa Portugal-Brasil* (Lucia Bógus et al., 2010). Os subúrbios e as periferias também foram objetos de investigação em obras como *Subúrbio (vida cotidiana e história no subúrbio de São Paulo)* (José de Souza Martins, 1992), *Saídas de emergência. Ganhar/perder na periferia de São Paulo* (Cibele Rizek et al., 2011) e *Periferias, territórios e saberes* (Carlos Gadea et al., 2012).

Um terceiro direcionamento dos estudos dedicados à temática das “Cidades e Urbanização” se vincula com a reflexão sobre as relações existentes entre os diferentes atores

sociais da cidade, em trabalhos que procuraram compreender as tensões e conflitos, bem como as redes de sociabilidade estabelecidas entre os mesmos, como, por exemplo, nas obras *As razões de uma cidade. Conflito de hegemonias* (Maria Lemenhe, 1991), *A luta pela cidade de São Paulo* (Luiz Eduardo Wanderley et al., 1992), *O reverso das vitrines. Conflitos urbanos e cultura política* (1992), *Migração, condições de vida e dinâmica urbana. São Paulo, 1980-1993* (Lucia Bógus & N. Patarra, 1997), *A sociabilidade do homem simples* (José de Souza Martins, 2000), *Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea* (Rogério Proença Leite, 2004), *Hexapolis. Desigualdades e rupturas sociais em metrópoles contemporâneas* (Maura Vêras et al., 2004), *As cidades e seus agentes. Práticas e representações* (Luciana Andrade et al., 2006), *Viver em risco* (Lúcio Kowarick, 2008) e *A favor da comunidade. Modos de viver a política no bairro* (Geisa Mattos, 2012). Por fim, em quarto lugar, tiveram destaque os estudos que procuraram estabelecer diagnósticos mais gerais sobre cidades específicas – como, por exemplo, *São Paulo, trabalhar e viver* (Vinicius Caldeira Brant et al., 1989), *Rio 2001-2006. Condições de vida, educação, renda e ocupação* (Adalberto Cardoso et al., 2008), *Território, economia e sociedade. Transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre* (Rosetta Mammarella et al., 2009), *Campina Grande em debate. A condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas* (Roberto Vêras de Oliveira et al., 2009), *Retratos da região metropolitana de Maringá* (Ana Lúcia Rodrigues et al., 2010) e *São Paulo, novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política* (Lúcio Kowarick, Eduardo Marques et al., 2011).

São Paulo e Rio de Janeiro foram as cidades mais inquiridas pela imaginação sociológica brasileira, talvez, pelo fato de que, a despeito de suas diferenças, congregassem, de maneira mais explícita, as potencialidades e os dramas das metrópoles brasileiras. No caso de São Paulo, importantes coletâneas foram publicadas a partir do final dos anos 1980, cujos artigos procuravam compreender características da cidade e os desafios colocados para a sua urbanização e democratização, a exemplo de *São Paulo, trabalhar e viver* (Vinicius Caldeira Brant et al., 1989), *São Paulo, crise e mudança* (Lúcio Kowarick et al., 1990) e *São Paulo, novos percursos e atores. Sociedade, cultura e política* (Lúcio Kowarick, Eduardo Marques et al., 2011). A obra de Lúcio Kowarick é exemplar desse esforço no sentido de construir uma melhor compreensão daquilo que ele denominou como “metrópole do subdesenvolvimento industrializado” e de seus dilemas, como se comprova no seu trabalho *Escritos urbanos* (2000), que reúne ensaios publicados nas décadas de 1980 e 1990. Nestes textos, Kowarick retoma, ainda que sob chave renovada, categorias importantes de obras anteriores – como o conceito de “espoliação urbana” – e formula novas noções como “contradições urbanas”. De maneira geral, o autor se preocupa em discutir a questão da produção do espaço urbano e de suas contradições, compreender aspectos relacionados à moradia popular, ao trabalho precário e ao desemprego, investigar a vigência do desrespeito, da incivilidade cotidiana e da violência que tomam conta da cidade, analisar as lutas urbanas e suas relações com os conflitos fabris, incorporando na agenda reflexiva – a partir de categorias como “subcidadania”, “mais-valia absoluta urbana”, “cidadão privado”

e “subcidadão público” – as temáticas da cidadania e da exclusão social.

Duas outras coletâneas – a saber, *Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios* (Vera Telles & Robert Cabanes, 2006) e *Saídas de emergência. Ganhar/perder na periferia de São Paulo* (Cibele Rizek et al., 2011) – são ilustrativas de trabalhos coletivos que procuraram, a partir de diferentes perspectivas, compreender a cidade de São Paulo analisando aspectos relacionados à precariedade urbana, à violência, à desigualdade e às formas de circulação pelo território urbano. *Nas Tramas da cidade* é composta por artigos que expõem o resultado de uma ampla pesquisa sobre dois territórios da cidade de São Paulo – a Zona Sul, caracterizada pela centralidade do capital e da riqueza, e a Zona Leste, marcada pela presença da precariedade e da pobreza –, com o intuito de compreender, a partir da análise de trajetórias de indivíduos e familiares, as novas configurações do mundo do trabalho, a temática das moradias populares, as diferentes formas de sociabilidade e associação, as práticas de lazer popular, bem como as redes sociais e práticas urbanas estabelecidas pelos moradores desses territórios urbanos. Tratava-se, em grande medida, de investigar as dinâmicas das diferentes tramas sociais que configuram e conformam os espaços urbanos da cidade. *Saídas de emergência* caminha na mesma direção do trabalho anterior, reunindo artigos voltados para a compreensão das formas pelas quais os habitantes da cidade de São Paulo, submetidos a diferentes formas de dominação capitalista, procuram caminhos para superá-las ou ressignificá-las, mediante alternativas situadas na fronteira entre o legal e o ilegal, relacionadas às formas de trabalho, à religião, às recomposições familiares e à vida em comum.

No caso do Rio de Janeiro, uma das temáticas privilegiadas pela imaginação sociológica foi a da construção das produções discursivas sobre a própria cidade e as favelas. Não à toa estudos importantes – como, por exemplo, *Quatro vezes cidade* (1994), de Maria Alice Rezende de Carvalho – foram produzidos com o intuito de compreender as disputas sobre imaginários e formas de significação da cidade que, naturalizadas pelo senso comum, justificavam e legitimavam a construção de mecanismos de intervenção por parte do poder público no tecido urbano, de maneira geral, e nas favelas, em particular. A produção de Lícia Valladares, nesse sentido, tem sido exemplar, com destaque especial para sua obra *A invenção da favela* (2005). Neste trabalho, a autora analisa a construção da categoria “favela” a partir do estudo da construção histórica das representações sociais em torno deste objeto social e urbano. Conforme demonstrado por Valladares, a categoria favela, que vem sendo mobilizada pela opinião pública e pelo senso comum cotidianamente, se configura como o resultado de representações sucessivas, que acabaram por serem naturalizadas, fornecendo as bases para determinadas ações políticas do Estado e de diferentes segmentos da sociedade civil.

É interessante observar como a sociologia brasileira vem contribuindo no sentido de buscar construir marcos analíticos para uma compreensão mais acurada da realidade das favelas, de modo a romper com as categorias negativas e visões preconceituosas comumente associadas a esses territórios e aos seus habitantes. Exemplar nesse sentido é a cole-

tânea organizada por Alba Zaluar e Marcos Alvito, intitulada *Um século de favela* (1998), na qual diferentes artigos procuram problematizar justamente a representação das favelas como espaços da desordem urbana, da “carência” e da marginalidade, e dos favelados como contrapostos aos cidadãos urbanos. A contribuição dos textos que compõem esta coletânea – assim como outras obras relacionadas ao tema, como, por exemplo, *A utopia da comunidade. Rio das Pedras, uma favela carioca* (Marcelo Burgos et al., 2002), *Vida sob cerco. Violência e rotinas nas favelas do Rio de Janeiro* (Luiz Antonio Machado da Silva et al., 2008) e *A escola e a favela* (Marcelo Burgos, Angela Paiva et al., 2009) –, a despeito de suas diferenças, se vincula à busca pela superação das imagens estereotipadas sobre as favelas e seus moradores, de modo a matizar o olhar sobre esses territórios. Não se trata de negar a existência da violência e da criminalidade nestes espaços, mas sim de chamar a atenção para a importância de se analisar outros aspectos da vida cultural, econômica e social relacionadas às favelas para uma melhor compreensão desses espaços e de seus moradores.

No que concerne à reflexão sociológica sobre a questão urbana, vale destacar que nos últimos anos vem ganhando espaço nas pesquisas dedicadas a esta temática estudos preocupados com os processos de produção das políticas públicas urbanas. Os trabalhos de Eduardo Marques são exemplares nesse sentido, tanto em sua pesquisa sobre o Rio de Janeiro – *Estado e redes sociais. Permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro* (2000) –, quanto sobre São Paulo – *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo* (2003). Nesta última obra, o autor retoma aspectos trabalhados no primeiro livro, mas avança em sua agenda de investigações. Analisando a distribuição dos investimentos públicos em infraestrutura urbana por parte do governo municipal de São Paulo entre 1975 a 2000, Marques procura compreender as redes de relações tecidas entre burocracias e técnicos do Estado, membros da classe política e empresas privadas nos processos de configuração das políticas públicas urbanas. Se esta obra possui um objetivo mais analítico no sentido de compreender o processo de elaboração da política pública urbana, que envolve atores internos e externos ao Estado, ela também tem uma agenda normativa, preocupada em contribuir para a construção de um arcabouço analítico que auxilie na análise das políticas públicas locais no Brasil.

Da mesma forma que a imaginação sociológica brasileira tem buscado compreender a dinâmica da produção das políticas públicas para as cidades, ela também vem construindo uma agenda reflexiva em torno dos processos de resistência à crescente mercantilização da vida urbana, com a conseqüente segregação espacial dos setores marginalizados da sociedade. Muitos trabalhos vêm procurando compreender como movimentos sociais, membros de ONGs e setores da sociedade civil não organizados tecem relações no sentido de enfrentar as transformações nas cidades que intensificam os processos de exclusão e marginalidade social. Na obra *A luta pela cidade em São Paulo*, por exemplo, organizada por Lucia Bógus e Luiz Eduardo Wanderley (1992), diferentes textos procuram analisar de que maneira movimentos sociais, como as pastorais urbanas, se organizam

na luta em torno de agendas como a da habitação popular. Outro trabalho interessante, nesse sentido, é *Rio. A democracia vista de baixo* (2004), organizado, entre outros, por Luiz Antonio Machado da Silva. Nesta obra, diferentes autores procuram demonstrar de que maneira a questão urbana tem sido disputada na sociedade carioca, focando sua atenção especialmente sobre os moradores das favelas do Rio de Janeiro. De maneira geral, os textos se concentram nas redes de sociabilidade constituídas nesses espaços e nos principais dilemas da ação coletiva colocados para os moradores das favelas no sentido de pressionarem para uma maior democratização da cidade.

Contra-usos da cidade. Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea (2004), obra escrita por Rogério Proença Leite, é outro trabalho sociológico exemplar no sentido de evidenciar as diferentes formas de apropriação da cidade, a partir de perspectivas diversas àquelas estimuladas pelos processos de mercantilização do espaço urbano. Tomando como base uma ampla pesquisa empírica sobre as transformações que se processaram no histórico Bairro do Recife, o autor procura demonstrar como as políticas de intervenção urbana direcionadas para esse espaço – fortemente orientadas pelo princípio da *gentrification* do patrimônio cultural, que objetiva transformar sítios históricos degradados em áreas de entretenimento urbano e consumo de um turismo global – não implicaram, ao contrário do que se pensava, o esvaziamento do sentido público dos diferentes “lugares” desse bairro. Mesmo diante dessa agenda política que buscou converter um espaço histórico em elemento de mercado, houve, por parte da população, um esforço cotidiano no sentido de se apropriar de maneira ativa desses lugares, politizando as diferenças e logrando sucesso em convertê-los em espaços públicos potencialmente democráticos.

Quer a partir do estabelecimento de um diagnóstico crítico da situação das cidades contemporâneas, quer a partir da discussão acerca das diferentes possibilidades de resistência e apropriação do espaço urbano, a imaginação sociológica brasileira, constituída no âmbito das universidades, se mostrou notavelmente responsiva aos dilemas e desafios colocados para o processo de urbanização brasileiro. O crescimento vertiginoso das cidades fez com que a questão urbana se convertesse em um dos principais problemas públicos a serem debatidos e enfrentados pela sociedade brasileira. Nesse sentido, é importante destacar que a imaginação sociológica no país buscou não somente analisar a situação das cidades, em especial das metrópoles – a partir de amplas e bem fundamentadas pesquisas empíricas –, denunciando as suas contradições, mas também procurou participar ativamente do debate público sobre os processos relacionados à urbanização, apontando caminhos para a efetivação de reformas urbanas capazes de assegurarem a democratização das cidades e a extensão para os segmentos subalternos dos direitos a ela associados.

Conclusão

Ao dialogar com as categorias formuladas por Burawoy em sua discussão sobre a sociologia pública, procuramos demonstrar, neste artigo, como a imaginação sociológica

brasileira se mostrou responsiva e normativa em relação à questão urbana, “problema público” que se tornou cada vez mais relevante na esfera pública brasileira ao longo das últimas décadas. Pelo menos desde a década de 1960, a produção sociológica sobre esta temática tem procurado investigar e apresentar possibilidades para a superação de problemas diversos relacionados à questão urbana e para a concretização do direito à cidade. Dessa forma, a análise da imaginação sociológica brasileira evidencia a possibilidade de se pensar “sociologia profissional” e “sociologia pública” como categorias interdependentes, e não de maneira antagônica, como sugere a formulação teórica de Burawoy. Nesse sentido, é possível ir além do argumento exposto no artigo e sugerir, à guisa de conclusão, que uma experiência sociológica como a brasileira – ao articular sociologia profissional e sociologia pública –, como bem evidenciado no caso da imaginação sociológica sobre a questão urbana, pode contribuir, inclusive, para repensar a própria formulação conceitual da noção de sociologia pública formulada por Burawoy ao refletir sobre o contexto americano.⁷

O desafio que se coloca para a sociologia brasileira para os próximos anos é como articular de maneira mais sistemática as pesquisas que vêm sendo produzidas sobre a questão urbana no âmbito das universidades com os diferentes atores envolvidos diariamente com os embates em torno do direito à cidade. Ou, dito de outra maneira: trata-se de pensar em como construir uma “sociologia pública orgânica”, nos termos de Burawoy, que articule, de maneira dialógica, os argumentos e achados da imaginação sociológica com os diferentes movimentos que lutam contra exclusão e a segregação dos espaços da cidade, sobretudo em uma conjuntura como a atual, na qual a questão urbana ganhou ainda maior politização, a partir das mobilizações de junho de 2013. A agenda, nesse sentido, deve estar orientada para a constituição de espaços comuns que possibilitem a articulação de diferentes segmentos da sociedade – em especial os atores da vida associativa, da universidade, da inteligência especializada e do mundo do direito – nas ruas e bairros, nas mídias alternativas, e, se possível, na constituição de um fórum permanente da sociedade civil, capazes de constituir uma fala pública e livre, que permita o diálogo e a construção de agendas coletivas na luta pela democratização política e social da cidade.

Recebido em 17/02/2014

Aprovado em 23/02/2014

Notas

. Desde a publicação deste artigo, Burawoy vem produzindo uma série de trabalhos nos quais procura apresentar de maneira sistematizada suas concepções sobre sociologia pública. Destaco aqui alguns mais relevantes no sentido de apresentar o debate geral acerca desta perspectiva: Burawoy (2005; 2007; 2008; 2011). A proposta realizada por Burawoy gerou grande repercussão não apenas nos Estados Unidos, mas no campo sociológico internacional. Entre 2006 e 2009, diversas coletâneas vieram à tona buscando discutir a ideia de sociologia pública, entre as quais vale destacar *Public Sociologies Reader*, organizada por Judith Blau e Keri E. Iyall Smith (2006); *Public sociology: Fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century*, editada por Dan Clawson (2007); *Public sociology: The contemporary debate*, organizada por Lawrence T. Nichols (2007); e *Handbook of Public Sociology*, editado por Vincent Jeffries (2009). Além disso, Burawoy se destacou por ampliar sua audiência fora das fronteiras dos Estados Unidos, fazendo com que a noção de “sociologia pública” fosse debatida em países europeus – como França (Touraine, 2007) e Portugal (Estanque, 2009) –, na África do Sul (Webster, 2004) e no Brasil (Burawoy & Braga, 2009; Perlatto, 2011).

². Esta estreita vinculação entre sociologia profissional e sociologia pública não tem sido uma característica exclusiva da imaginação sociológica dedicada à questão urbana, mas pode ser pensada como uma das principais marcas da sociologia brasileira. Para uma visão sobre este tema de maneira mais ampliada, ver Perlatto (2013).

³. Ao tomarmos a década de 1960 como marco analítico inicial do presente artigo, não pretendemos sugerir que a investigação sociológica sobre as cidades tenha se iniciado neste contexto, mas tão somente sustentar que, nesta conjuntura específica, ocorreu uma maior institucionalização da sociologia profissional, em um momento no qual a questão urbana se consolidou como um “problema público” de enorme relevância no país. Antes dos anos 1960, obviamente, já havia uma imaginação construída em torno da questão urbana, como, por exemplo, no campo literário, com os escritos de autores com João do Rio e Lima Barreto, ou no próprio campo sociológico, com obras como *A cidade e o campo na civilização industrial* (Fernando de Azevedo, 1962), *Família e comunidade. Um estudo sociológico de Itapetininga* (Oracy Nogueira, 1962) e *A favela e o demagogo* (Carlos Alberto de Medina, 1964). Há que se ressaltar, nesse sentido, a importância que a Escola de Chicago e os estudos sobre a cidade tiveram sobre a sociologia uspiana, como bem destacado por Lícia do Prado Valladares (2005). Um exemplo interessante de como questões relacionadas à vida urbana passaram a ganhar gradativamente maior espaço entre os estudiosos dos fenômenos sociais no Brasil, de maneira mais ampla, foi a publicação, em 1960, no jornal *O Estado de S. Paulo*, da primeira pesquisa mais sistemática e abrangente sobre as favelas e a situação habitacional do Rio de Janeiro, coordenada por José Arthur Rios e intitulada *Aspectos humanos da favela carioca* (Machado da Silva *et al.*, 2012).

⁴. Exemplar da agenda de pesquisas do CEM é a produção da série *Como andam as Regiões Metropolitanas*, editada originalmente na *Coleção de Estudos e Pesquisas do Programa Nacional de Capacitação das Cidades*, vinculada ao Ministério das Cidades. Entre os trabalhos conduzidos por sociólogos, vale destacar, entre outros, como *Como anda a metrópole de Porto Alegre* (Rosetta Mammarella *et al.*, 2006), *Como anda Belo Horizonte* (Luciana Andrade *et al.*, 2008), *Como andam Natal e Recife* (Maria do Livramento Clementino & Maria Ângela Souza, 2009), *Como anda São Paulo* (Lucia Bógus, Suzana Pasternak *et al.*, 2009), *Como anda Salvador e sua Região Metropolitana* (Inaiá Carvalho, Gilberto Pereira *et al.*, 2009), *Como andam Curitiba e Maringá* (Ana Lúcia Rodrigues *et al.*, 2009) e *Como anda Mossoró. Análise da conjuntura urbana* (Maria do Livramento Clementino *et al.*, 2011).

⁵. Os dados mobilizados neste artigo fazem parte de uma pesquisa mais ampla, que resultou na Tese de Doutorado intitulada *Sociologia pública. Imaginação sociológica brasileira e problemas públicos*, defendida em 2013, no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp-UERJ). A análise desta Tese se ancorou no levantamento empírico de 1.865 livros escritos por sociólogos entre 1940 e 2012, que foram posteriormente classificados em quinze temáticas, dentre as quais “Cidades e Urbanização”. Ver Perlatto (2013).

⁶ Em seu livro *Capitalismo e marginalidade na América Latina* (1975), Kowarick já havia realizado esforço semelhante para analisar a marginalidade nas zonas urbanas, ao tomar “como ponto de referência a ampla temática do ‘desenvolvimento-subdesenvolvimento’, articulada em torno do que se convencionou denominar de *teoria da dependência*” (Kowarick, 1977, p. 9, grifos do autor). Sua preocupação central se vinculava à compreensão do processo de acumulação do capital e às suas consequências sobre a forma de inserção na divisão social do trabalho dos grupos marginalizados.

⁷. Não é nossa intenção aqui refletir de maneira mais sistemática sobre este aspecto, que se vincula ao debate sobre a circulação de teorias entre países centrais e periféricos ou semi-periféricos. Para uma discussão mais aprofundada sobre este ponto, a partir da categoria de sociologia pública, ver Perlatto & Maia, 2012.

Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio. As ciências sociais e o Estado. Comentários sobre a política científica e tecnológica e a institucionalização da ciência social no Brasil. In: O que ler nas ciências sociais no Brasil. São Paulo: Cortez, 1990.
- BURAWOY, Michael. 2004 presidential address: for public sociology. *American Sociological Review*, vol. 70, nº 1, 2005, pp. 4-28.
- _____. The field of sociology: its power and its promise. In: Clawson, Dan et al. (eds.). *Public sociology: fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- _____. Open the Social Sciences: to whom and for what? *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 6, nº 3, 2008, pp. 137-146.
- _____. On uncompromising pessimism: Response to my critics. *Global Labor Journal*, vol. 2, nº 1, 2011, pp. 73-77.
- _____ & BRAGA, Ruy. Por uma sociologia pública. São Paulo: Alameda, 2009.
- CALHOUN, Craig & VANANTWERPEN, Jonathan. Orthodoxy, heterodoxy and hierarchy: “mainstream” sociology and its challengers. In: Calhoun, Craig (ed.). *Sociology in America. A History*. Chicago: University of Chicago Press, 2007.
- ESTANQUE, Elísio. Sociologia e engajamento em Portugal: reflexões a partir do trabalho e do sindicalismo. *Cadernos CRH*, vol. 22, nº 56, 2009, pp. 311-324.
- FREHSE, Fraya & LEITE, Rogério P. Espaço urbano no Brasil. In: Martins, Heloisa T. de Souza (org.). *Horizontes das Ciências Sociais (Sociologia)*. São Paulo: Anpocs, 2010, pp. 203-251.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MACHADO DA SILVA et al. (orgs.). *Favelas cariocas: ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- ORTIZ, Renato. *Ciências sociais e trabalho intelectual*. São Paulo: Olho D’Água, 2003.
- PERLATTO, Fernando. Sociologia pública e o Brasil: apontamentos para um debate. *Revista de Ciências Humanas*, vol. 10, 2011, pp. 256-268.
- _____. *Sociologia pública. Imaginação sociológica brasileira e problemas públicos*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp/UERJ), 2013.
- _____ & MAIA, João Marcelo. Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. *Lua Nova*, nº 87, 2012, pp. 83-112.
- REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. Ciência, democracia e mobilidade urbana. *Política Democrática*, vol. XI, 2012, pp. 95-103.
- SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. *Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TOURAINÉ, Alain. Public sociology and the end of society. In: Clawson, Dan et al. (eds.). *Public sociology: fifteen eminent sociologists debate politics and the profession in the twenty-first century*. Berkeley: University of California Press, 2007, pp. 67-78.
- VALLADARES, Lícia & FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Olhares sociológicos sobre o Brasil Urbano. In: Oliveira, Lucia Lippi de (org.). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CNPq, 2002.
- WEBSTER, Edward. Sociology in South Africa. Its past, present and future. *Society in Transition*, nº 35, 2004, pp. 27-41.